Nº 39 Atualidade e perspectiva das ocupações nos pequenos empreendimentos no Brasil

4 de fevereiro de 2010

RESIDENCIA



Governo Federal Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional Fernando Ferreira Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais Mário Lisboa Theodoro Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação) José Celso Pereira Cardoso Júnior Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas João Sicsú Diretora de Estudos e Políticas Regionais, **Urbanas e Ambientais** Liana Maria da Frota Carleial Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura Márcio Wohlers de Almeida

Chefe de Gabinete

Jorge Abrahão de Castro

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Comunicação

Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Comunicado da Presidência

Os Comunicados da Presidência têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motiválo.

Os Comunicados da Presidência são de responsabilidade da assessoria técnica da Presidência do Instituto. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos de discussão, livros e demais publicações. Eles são produzidos por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde seu lançamento, em 2007, mais de cem técnicos participaram da elaboração e divulgação de tais documentos, sobre os mais variados temas.



1. Apresentação

As atividades econômicas estruturadas, geralmente constituídas por médias e grandes empresas, recebem tradicionalmente maior atenção por parte das políticas públicas. Dado o seu grau de organização, praticamente não há constrangimentos para o acesso às políticas macroeconômicas (tributária, creditícia, comercial, tecnológica, entre outras) e sociais (previdenciária, trabalhistas, intermediação e qualificação de mão de obra, entre outras).

Nas duas últimas décadas, o avanço do processo de reestruturação patrimonial, por meio de fusão e incorporação em grandes empresas, tornou o poder econômico ainda mais concentrado e, por isso mesmo, com maior capacidade de interferir na condução das políticas públicas. Mesmo assim, os pequenos empreendimentos não perderam importância relativa na geração de trabalho e renda, tendo obtido adicional potencial de expansão associado ao movimento de terceirização da produção de bens e serviços.

Em função disso, o presente *Comunicado da Presidência* do **Ipea** foca a problemática atual dos pequenos empreendimentos no Brasil. Três são suas partes constitutivas, a saber:

- (i) a primeira refere-se à atualidade do segmento ocupacional vinculado aos pequenos empreendimentos no País;
- (ii) a segunda destaca o conjunto das principais características na evolução da ocupação dos pequenos empreendimentos durante as duas últimas décadas; e
- (iii) a terceira trata de algumas perspectivas dos pequenos empreendimentos e sua relação com o trabalho e a renda no Brasil.

A realização deste Comunicado contou com um conjunto de dados estatísticos primários provenientes do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; Cadastro Geral de Empresas e Pesquisa da Economia Informal Urbana) e do Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). A sistematização e análise das informações antecipadas de estudo mais amplo em curso contou com o apoio de parte do corpo técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**¹.

2 – Atualidades da ocupação nos pequenos empreendimentos no Brasil

No ano de 2008, o Brasil registrou a presença de 92,4 milhões de ocupados. Desse universo, 60,8 milhões (65,8%) estavam submetidos ao emprego assalariado, sendo 40,1 milhões com carteira assinada (66%) e 20,7 milhões sem contrato de trabalho formal (34%). A parte restante dos ocupados que não eram assalariados (31,6 milhões) se dividia em 18,7 milhões de trabalhadores por conta própria (20,2%), 4,6 milhões de trabalhadores sem remuneração (5%), 4,2 milhões de trabalhadores em atividades próprias de produção, consumo e construção (4,6%) e 4,1 milhões de empregadores (4,4%).

¹ Este Comunicado contou com a assistência e colaboração de: Fernando Mattos, Milko Matijascic, Guilherme Dias, James da Silva, Daniel Castro, João Cláudio Garcia, Enrico Martignoni, Tarcila Landim, Vinicius Maciel e André Gambier Campos.



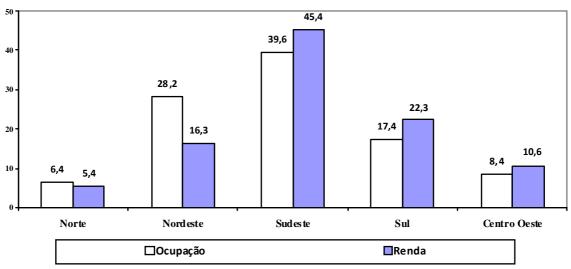
.

Ao se considerar tão somente o mercado de trabalho submetido à dinâmica do setor privado, ou seja, empregados (47,8 milhões) e empregadores (4,1 milhões) e, ainda, trabalhadores por conta própria (18,7 milhões), alcança-se a quantidade de 70,6 milhões de ocupações (76,4% do total da ocupação nacional). Não fazem parte desse segmento (21,8 milhões) os funcionários públicos (6,4 milhões), os trabalhadores domésticos (6,6 milhões) e ocupados não remunerados e envolvidos em atividades próprias de produção, consumo e construção não agrícola (8,8 milhões).

No âmbito do setor privado, 38,4 milhões de ocupados pertenciam a empreendimentos com até dez ocupações, equivalendo a 54,4% de todos os postos de trabalho e a 57,2% do total da massa de rendimento. Apesar disso, somente 29,4% do total das vagas em negócios com até dez ocupados encontravam-se submetidos a algum grau de proteção pela atual legislação social e trabalhista. Entre os ocupados por conta própria, somente 16,7% possuíam alguma proteção social e trabalhista, enquanto nos empregados assalariados 40,8% registraram contrato de trabalho formal. Entre os empregadores, eram 55,8% com proteção social e trabalhista.

No segmento de pequenos empreendimentos (de até dez postos de trabalho), as ocupações se dividiam em 18,7 milhões de trabalhadores por conta própria (48,7%), em 16,5 milhões de empregados assalariados (43%) e em 3,2 milhões de empregadores (8,3%). Enquanto os empregados em pequenos negócios representavam 27,1% do total de trabalhadores assalariados do País, os empregadores respondiam por 78% do total de empresários e os postos de trabalho por conta própria eram todos constituídos por pequenos negócios.

Gráfico 01: Brasil – distribuição do total da ocupação e da massa de rendimentos dos empreendimentos privados com até dez postos de trabalho por grandes regiões geográficas (em %)



Fonte: IBGE - PNAD (elaboração Ipea)

Em 2008, o rendimento médio mensal do conjunto dos ocupados nos pequenos empreendimentos foi de R\$ 902, sendo de R\$ 633,03 para os empregados assalariados, de R\$ 2.607,00 para empregadores e de R\$ 807,34 para os trabalhadores por conta própria. O total da massa de rendimentos do segmento ocupacional de pequenos empreendimentos era composto por 26,1% da renda dos empregadores, por



27,3% dos salários dos empregados e por 46,6% das remunerações dos trabalhadores em conta própria.

Do conjunto dos postos de trabalho do segmento econômico com até dez ocupações no Brasil, observa-se que 22,7% (8,7 milhões de pessoas) encontravam-se na condição de pobreza absoluta (rendimento bruto individual de até meio salário mínimo mensal). Dos pobres ocupados em pequenos empreendimentos, 62,4% estavam ocupados como conta própria, 36% eram empregados e 1,6% eram empregadores. No caso da ocupação por conta própria, a taxa de pobreza absoluta era de 24%, enquanto entre os empregados era de 17,4% e, ainda, entre empregadores, de 3,5%.

Com relação à distribuição do total das ocupações e da massa de rendimento dos empreendimentos com até dez ocupados por grandes regiões geográficas brasileiras, percebe-se a importância relativa do Sudeste, que respondeu por quase 40% do total dos postos de trabalho e quase 46% da massa de rendimento. Na sequência aparecem a região Nordeste, região Sul, região Centro-Oeste e região Norte.

Ocupados no comércio, alojamento e 12.5 alimentação, em milhão Ocupados com ensino superior, em milhão Ocupados de 25 a 49 anos de idade Ocupado com jornada de 44 e mais 15,4 horas, em milhão Pobre, em milhão Ocupados, em milhão 38,4 Renda média, em R\$ 902,1 0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000

Gráfico 02: Brasil - principais aspectos dos ocupados em empreendimentos privados com até dez postos de trabalho

Fonte: IBGE - PNAD (elaboração Ipea)

Em relação à jornada de trabalho, observa-se que, em 2008, 15,4 milhões de ocupados em empreendimentos com até dez ocupações (40,3% do total) possuíam jornadas de trabalho superior a 44 horas semanais. No caso dos trabalhadores por conta própria, são 38,5% com jornada de trabalho acima de 44 horas semanais, enquanto entre os empregadores havia 59,4% com atividades laborais superiores a 44 horas semanais, e entre os empregados assalariados eram 38,1% com tempo de trabalho superior ao tempo legal de trabalho.

No quesito etário, percebe-se que 57,6% dos ocupados em pequenos empreendimentos encontravam-se na faixa etária de 25 a 49 anos de idade, com 18,7% com até 24 anos de idade e 23,7% com 50 e mais de idade. Entre os trabalhadores por



conta própria, 57,1% tinham entre 25 e 49 anos, 34,1% com 50 anos e mais de idade, e 8,8% até 24 anos de idade, enquanto para os empregadores 67,7% estavam na faixa etária de 25 a 49 anos, 28,3% com 50 anos e mais de idade, e 4% com até 24 anos de idade. Entre os empregados, 53,7% tinham entre 25 e 49 anos de idade, 36,6% com até 24 anos de idade e, ainda, 9,7% com 50 anos e mais de idade.

Considerando-se a escolaridade, constata-se que somente 10,8% dos ocupados em empreendimentos com até dez ocupados encontravam-se na faixa de escolaridade compatível com o ensino superior (completo ou incompleto). Os demais trabalhadores ocupados possuíam escolaridade do ensino fundamental (48,2%) e do ensino médio (41%).

No caso dos empregados, 34,8% tinham apenas o ensino fundamental, 35,7% o ensino médio e 29,5% o ensino superior, enquanto os empregadores se dividiam entre 51,9% com ensino superior, 31,2% no ensino médio e 16,9% no ensino fundamental. Entre os trabalhadores por conta própria, 32,4% tinham o ensino fundamental, 35,2% o ensino médio e 32,4% o ensino superior.

Por setor de atividade econômica, nota-se que o segmento dos pequenos negócios registrou maior concentração ocupacional no ramo do comércio, alojamento e alimentação, com 40,2% do total dos postos de trabalho, seguido da educação, saúde e demais serviços coletivos (16,5%), da indústria (14,8%), da construção civil (14,7%), transporte e comunicação (6,5%) e outras atividades (7,3%). Para os empregados, o setor do comércio, alojamento e alimentação absorve 43,6% das ocupações, seguido da indústria (14,2%), da educação, saúde e demais serviços coletivos (12,4%), e construção civil (11,8%). Para os empregadores, também o ramo do comércio, alojamento e alimentação responde pela maior parte das vagas (48,7%), acompanhado pela indústria (14%), educação, saúde e demais serviço coletivos (11,8%) e construção civil (10%). Para as ocupações por conta própria, comércio, alojamento e alimentação concentram 35,1% do total dos postos de trabalho, seguido da educação, saúde e demais serviços coletivos (21,3%), da construção civil (18,6%), indústria (15,5%), transporte e comunicação (8,5%) e outros serviços (1%).

3 – Características da evolução das ocupações em pequenos negócios

Desde a década de 1980 que os pequenos negócios passam por transformações significativas, fruto das alterações no quadro geral de baixo dinamismo econômico nacional, instabilidade monetária e reestruturação patrimonial nas grandes empresas. Não obstante a centralização do poder econômico na grande empresa, os pequenos negócios continuaram a ampliar a participação relativa no total dos postos e da renda do trabalho no Brasil.

Isso correu, por um lado, associado ao quadro econômico desfavorável dos anos 1980 e 1990, que fez ampliar o papel dos pequenos negócios no abrigo do excedente da força de trabalho na forma de atividades laborais voltadas a diferentes estratégias de sobrevivência (produção, vendedores ambulantes, prestadores de serviços de qualquer natureza, inclusive ilegais). O resultado foi o menor desemprego aberto no País, embora ocorresse o rebaixamento do nível de rendimento geral dos ocupados e a precarização dos postos de trabalho.

Por outro lado, devido ao movimento geral de reestruturação das grandes empresas privadas (reengenharia, terceirização, entre outros), bem como a reformulação

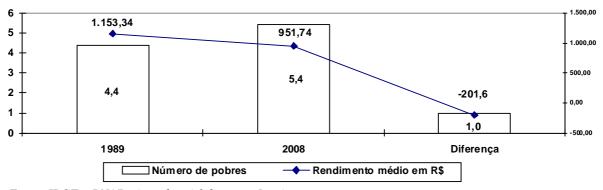


do papel do Estado (descentralização de responsabilidades, privatização, terceirização, entre outros), houve a expansão dos pequenos negócios, nem sempre associada à baixa remuneração e precariedade dos postos de trabalho. Ou seja, a oportunidade de novos negócios de mais alta tecnologia e produtividade em baixa escala de produção e prestação de serviços em conformidade com melhores remunerações e condições de trabalho.

Assim, a profusão do segmento dos pequenos negócios tornou-se ainda mais heterogênea, conforme a evolução das ocupações entre 1989 e 2008 permite observar a seguir. Para isso, tomou-se como referência tão somente os pequenos empreendimentos com até dez ocupados pertencentes ao setor privado não agrícola, ou seja, os empregadores assalariados, os empregadores e os trabalhadores por conta própria.

Em 2008, esse segmento de pequenos empreendimentos (até dez ocupações) era constituído por 31 milhões de ocupações, ou seja, 2,1 vezes maior que em 1989 (14,1 milhões). Os 16,9 milhões de novos postos de trabalho gerados entre 1989 e 2008 (889 mil ocupações por ano, em média) corresponderam a 55,4% do total das ocupações não agrícolas do setor privado abertas pelo Brasil no mesmo período de tempo (1,6 milhão de ocupações por ano, em média).

Gráfico 03: Brasil – renda média em valor real (R\$) dos ocupados e número de pobres em empreendimentos privados não agrícolas com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em milhões)



Fonte: IBGE – PNAD ajustadas; (elaboração Ipea)

O adicional de novos postos de trabalho proveniente dos pequenos negócios não agrícolas levou ao rebaixamento do rendimento médio dos ocupados, que caiu 17,5% em termos reais entre 1989 e 2008. Com isso, ocorreu o aumento da quantidade de pobres (1 milhão de pessoas) entre os ocupados nos pequenos negócios, embora a taxa de pobreza absoluta tenha diminuído de 30,3% para 17,4% no mesmo período de tempo.

A evolução dos postos de trabalho nos pequenos negócios em cada estado da federação não se deu na mesma dimensão, alterando a composição dos postos de trabalho por região. O estado de São Paulo, por exemplo, aumentou em 3,1 milhões a quantidade de postos de trabalho nos pequenos negócios entre 1989 e 2008, o que equivaleu a mais de 19% do total das novas vagas abertas em todo o País. Mesmo assim, sua participação relativa no total da ocupação em pequenos negócios caiu de 22,4% (1989) para 21,1% (2008).



Gráfico 04: Brasil – ocupados por estados da federação nos empreendimentos privados com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008

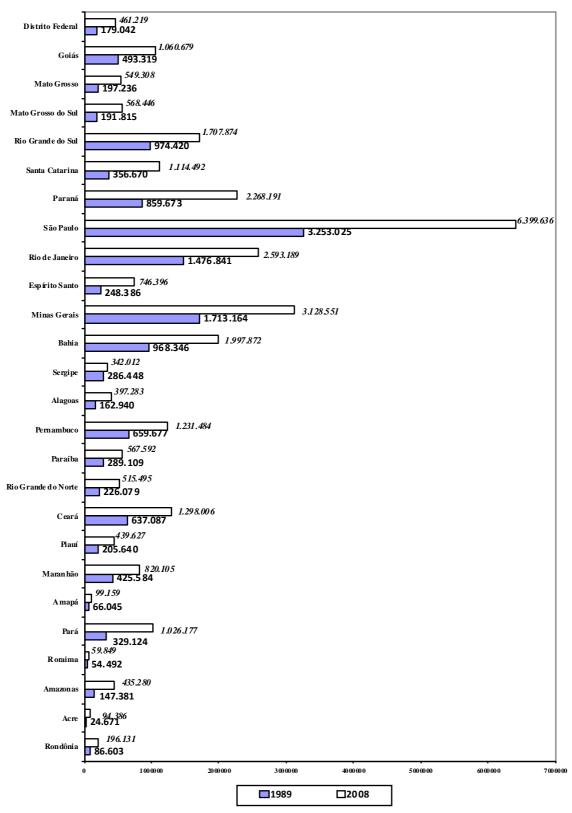
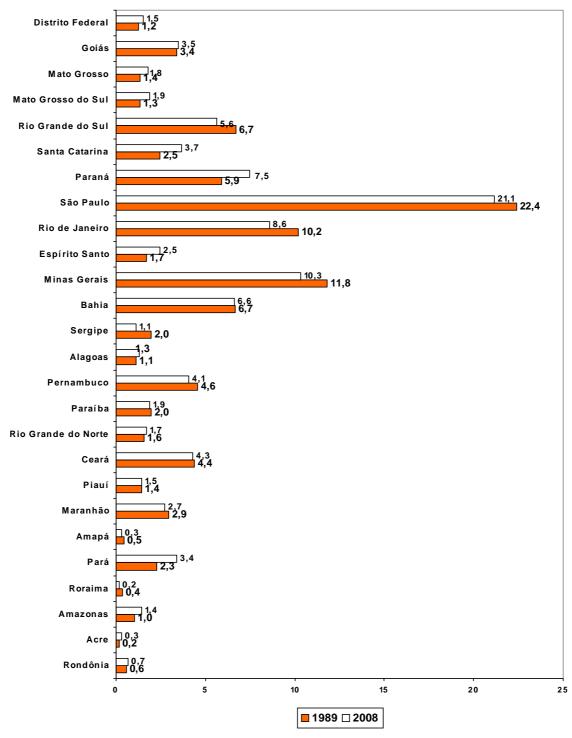


Gráfico 05: Brasil – distribuição por estados da federação das ocupações dos empreendimentos privados com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em %)



Também em relação à evolução do rendimento percebe-se diversidade entre os estados. Somente 12 estados registraram, em 2008, rendimento médio real superior ao do ano de 1989.



Gráfico 06: Brasil – rendimento médio real dos ocupados nos empreendimentos privados com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em R\$)

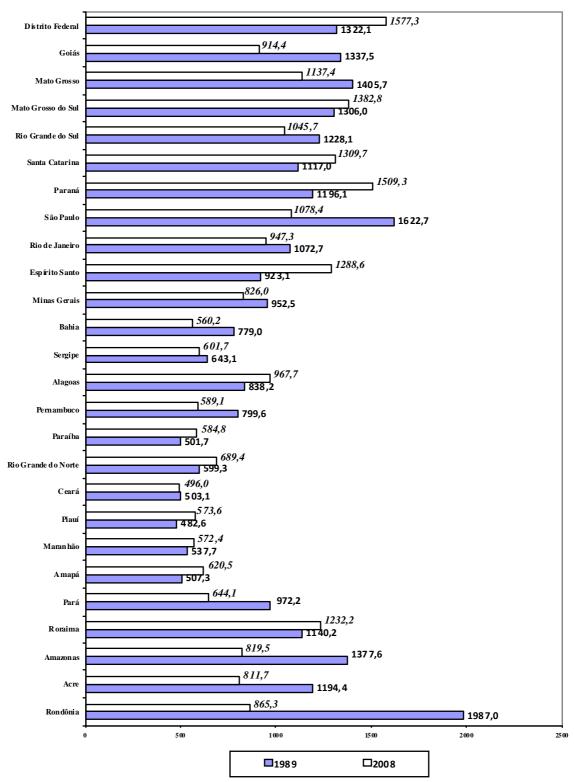
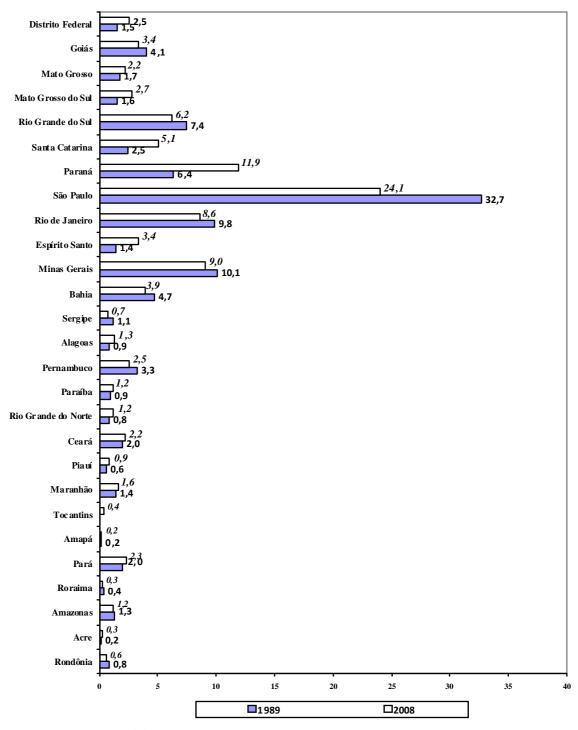


Gráfico 07: Brasil – distribuição da massa de rendimento dos empreendimentos privados com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em %)

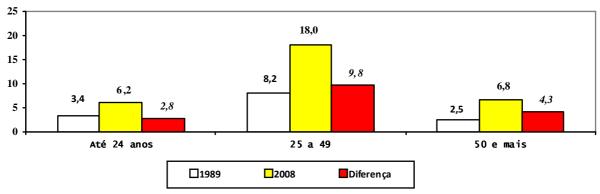


Com a maior parte dos estados da federação tendo queda no rendimento médio real, a posição relativa no total da massa de rendimento do País foi alterada. O estado de São Paulo, por exemplo, que representava 32,7% da massa de rendimento dos pequenos negócios em 1989, passou para 24,1% em 2008, enquanto o Paraná aumentou de 6,4% para 11,9% no mesmo período de tempo.



Com relação à evolução da ocupação no segmento de pequenos empreendimentos, observa-se que a faixa etária de 25 a 49 anos de idade foi a que mais se beneficiou pela geração de postos de trabalho. Entre 1989 e 2008, quase 58% das novas ocupações foi para a faixa etária de 25 a 49 anos, enquanto o segmento etário de até 24 anos absorveu menos de 1,7% dos novos postos de trabalho.

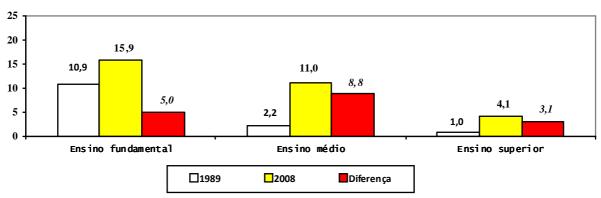
Gráfico 08: Brasil – ocupação por faixa etária dos empreendimentos privados não agrícolas com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em milhões)



Fonte: IBGE – PNAD ajustadas; (elaboração Ipea)

No quesito educacional, constata-se que os trabalhadores com escolaridade equivalente ao ensino médio absorveram mais de 52,1% do total das novas ocupações geradas nos pequenos negócios não agrícolas no setor privado no Brasil, enquanto o ensino fundamental registrou somente 29,6% entre 1989 e 2008. Destaca-se a geração de 3,1 milhões de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com ensino superior (18,3% do total).

Gráfico 09: Brasil – ocupação por escolaridade dos empreendimentos privados não agrícolas com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em milhões)



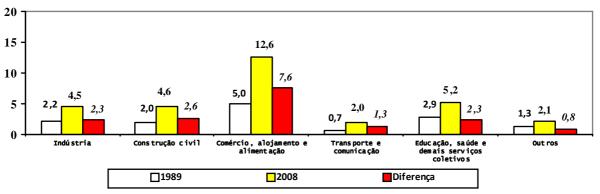
Fonte: IBGE – PNAD ajustadas; (elaboração Ipea)

Por fim, pode-se ressaltar a importância do setor de comércio, alojamento e alimentação na geração de postos de trabalho no segmento de pequenos negócios no Brasil. Entre 1989 e 2008, o comércio foi responsável por 45% de todas as vagas abertas, enquanto o setor da construção civil ocupou o segundo posto em termos de geração de postos de trabalho (15,4%).



O setor industrial e os serviços coletivos (educação, saúde, entre outros) também apresentaram contribuição importante para as vagas abertas nos pequenos negócios entre 1989 e 2008. Esses dois setores responderam por 27,2% do total das ocupações abertas no País.

Gráfico 10: Brasil – ocupação por setor de atividade econômica dos empreendimentos privados não agrícolas com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em milhões)



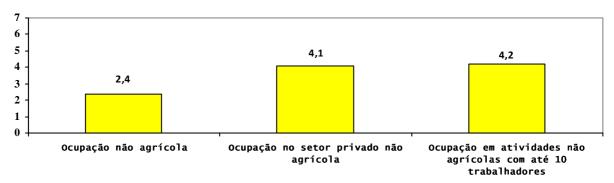
Fonte: IBGE – PNAD ajustadas; (elaboração Ipea)

Em termos de composição da ocupação nos pequenos empreendimentos, percebe-se que os setores do comércio, alojamento e alimentação, da construção civil e do transporte e comunicação foram os que aumentaram suas participações relativas de 54,7%, em 1989, para 61,8%, em 2008. Em compensação, os demais setores (indústria, educação, saúde e outros) perderam participação relativa no total da ocupação no mesmo período de tempo.

4 – Perspectivas das ocupações nos pequenos negócios

A passagem do século 20 para o século 21 no Brasil foi permeada de importantes mudanças no conjunto das atividades produtivas. O baixo dinamismo econômico predominou durante os anos de 1989 e 2008, uma vez que a taxa média anual de expansão do Produto Interno Bruto foi de apenas 2,6%.

Gráfico 11: Brasil – Variação média anual na ocupação não agrícola entre 1989 e 2008 (em %)



Fonte: IBGE – PNAD ajustadas; (elaboração Ipea)



Apesar de contida pelo crescimento da economia nacional, a ocupação não agrícola durante o mesmo período de tempo aumentou 2,4% ao ano, em média. Parte fundamental da elevação no total da ocupação não agrícola se deveu ao comportamento do setor privado, cujo ritmo de expansão média anual foi de 4,1%.

No interior do setor privado, as ocupações que mais cresceram entre 1989 e 2008 foram aquelas situadas no segmento dos pequenos empreendimentos (até dez ocupados). O ritmo médio anual de abertura nos postos de trabalho dos pequenos negócios foi de 4,2%, 1,8 vez maior que o verificado na geração média anual no total da ocupação não agrícola (2,4%).

A se manter a mesma taxa de expansão média anual da ocupação em empreendimentos privados não agrícolas com até 10 trabalhadores verificada entre 1989 e 2008 (4,2%), o Brasil deverá gerar até 2020, 19,3milhões de novos postos de trabalho. Deste total, 55% (10,7 milhões) deverão ser de responsabilidade dos pequenos negócios (até 10 trabalhadores).

40 30 20 10 10 1989 2008 Diferença

Gráfico 12: Brasil – ocupação protegida nos empreendimentos privados não agrícolas com até dez postos de trabalho em 1989 e 2008 (em %)

Fonte: IBGE – PNAD ajustadas; (elaboração Ipea)

Cabe destacar, contudo, que o forte ritmo na geração de novos postos de trabalho nos pequenos negócios ocorreu diferenciadamente em termos de proteção social e trabalhista. Para cada grupo de dez postos de trabalho abertos pelos pequenos negócios, somente quatro foram protegidos pela legislação trabalhista em vigor entre os anos de 1989 e 2008.

Por isso, a presença de ocupações precárias e de baixa remuneração continua a ser um dos problemas estruturais que atingem os pequenos negócios no Brasil. Em se mantendo a mesma taxa média anual de formalização nos postos de trabalho nos empreendimento com até dez ocupações (5,3%), o Brasil poderá deter, em 2020, 61,1% do total das vagas ainda sem proteção social e trabalhista.

Em síntese, há a possibilidade de geração de cerca de 19,3 milhões de novas ocupações no setor não agrícola até 2020, sendo mais da metade de responsabilidade dos empreendimentos até dez ocupados. Desse universo, somente 45,7 milhões poderão ter alguma forma de proteção social e trabalhista.

Diante disso, o Brasil precisa rever o papel do conjunto das políticas públicas voltadas aos empreendimentos com até dez ocupados. A reordenação das políticas macroeconômicas e sociais capaz de atender à plenitude das especificidades



dos pequenos empreendimentos constitui o desafio inadiável em termos de escala e orientação de ações coordenadas nos campos tributário, creditício, de comércio, tecnologia e assistência técnica, previdência social, formação e qualificação de mão de obra e relações de trabalho.

5. Considerações finais

Parte significativa da expansão da ocupação nas duas últimas décadas encontra-se associada diretamente ao comportamento dos pequenos empreendimentos no Brasil. A cada três ocupações abertas no segmento privado não agrícola entre 1989 e 2008, duas foram provenientes dos empreendimentos com até dez trabalhadores.

Parcela significativa das ocupações nos pequenos negócios ocorreu à margem da legislação social e trabalhista. Além disso, os postos de trabalho abertos incorporaram pessoas de maior escolaridade, mas foram acompanhados da redução do rendimento médio real.

Em função da heterogeneidade do segmento dos pequenos empreendimentos, que reúnem desde atividades associadas à estratégia de sobrevivência a ocupações modernas e vinculadas ao comportamento das grandes empresas nacionais e internacionais, caberia ao Brasil uma ampla reavaliação do conjunto das políticas públicas. Tendo em vista o crescente poder da grande empresa, as políticas públicas tendem a responder às necessidades da competição dos mercados, não necessariamente apropriadas aos interesses dos pequenos empreendimentos.

Avanços até o momento vêm sendo realizados, como a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, de reorientações às compras governamentais, de reafirmação do papel de apoio do Sebrae, de revisão do crédito popular, entre outras medidas. Mas, se projetado no tempo o potencial de abertura de novas ocupações pelos pequenos negócios no Brasil, percebe-se que há, ainda, muito o que ser feito, inclusive seguindo modalidades de ações governamentais já experimentadas por outras nações.



